

Relatório da Administração

Prezados Senhores: A Cateno é uma companhia criada em fevereiro de 2015 através da associação entre o Banco do Brasil S.A. e Cielo S.A. para a exploração das atividades de gestão de contas de pagamento pós-pagas e da funcionalidade de compra via débito. Somos a gestora em contas de pagamento pioneira no Brasil, e temos como propósito, prover soluções para transações com cartões de crédito e débito através de uma operação eficiente e inovação tecnológica, explorar sinergias e permitir economias de escala, estamos atentos às oportunidades de negócios que surgirem diante de um mercado cada vez mais competitivo. A seguir os pontos importantes que destacamos no exercício de 2017:

Desempenho em eficiência operacional: A busca do aumento da eficiência operacional tem sido fundamental na gestão e necessária para garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Cateno. Em 2017 foram implementadas ações visando melhorar a eficiência operacional que envolveram: revisão de processos, aumento da produtividade e redução de custos.

Revisão do planejamento estratégico: A Cateno buscando o aprofundamento de seu "Plano Estratégico" realizou a revisão do plano no segundo semestre de 2017 com o auxílio de uma consultoria de renome no mercado, a qual foram realizadas diversas etapas de avaliação e construção deste plano, incluindo entrevistas com executivos da

Companhia, do mercado e acionistas, contando com a interação direta de uma equipe multidisciplinar de colaboradores internos e com suporte da Diretoria Executiva. Obteve-se através deste trabalho um detalhamento maior do seu ESCOPO de serviços, que serão oferecidos ao mercado brasileiro nos próximos cinco anos; compreendendo o seu *Core* de Processamento, Serviços de eficiência operacional e Serviços de valor agregado. Foi protocolizado junto ao Banco Central do Brasil (BACEN) no último dia 29 de Novembro de 2017, a versão revisitada do sumário executivo em consonância com o planejamento estratégico da Companhia. Apresentamos a seguir as Demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2017, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 <i>(Em milhares de Reais)</i>			
	2017	2016	
Ativo			Passivo e patrimônio líquido
Circulante			Circulante
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.565.676	1.143.610	Fornecedores
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 6)	422.740	360.922	Contas a pagar - partes relacionadas (Nota 6)
Outros valores a receber	132	-	Tributos e impostos a recolher (Nota 10)
Tributos a recuperar	82	-	Obrigações trabalhistas
Despesas antecipadas	2	850	Contingências tributárias (Nota 11)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)	99.482	79.201	
	2.088.114	1.584.583	Patrimônio líquido (Nota 12)
Não circulante			Capital social
Imobilizado (Nota 7)	967	1.059	Reservas de capital
Intangível (Nota 8)	10.479.711	10.864.850	Reserva legal
	10.480.678	10.865.909	Reserva estatutária
	12.568.792	12.450.492	Reserva de lucros
Total do ativo			Total do patrimônio líquido
			12.183.937
			12.182.680
			Total do passivo e patrimônio líquido
			12.568.792
			12.450.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 <i>(Em milhares de Reais)</i>							
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2015	414.000	11.572.000	22.187	46.963	-	39.680	12.094.830
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	567.124	567.124
Distribuição adicional de dividendos	-	-	-	-	-	(39.680)	(39.680)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	(439.594)	(439.594)
Destinação de lucros para reserva de transição	-	-	-	48.412	-	(48.412)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	79.118	(79.118)	-
Saldos em 31 de dezembro 2016	414.000	11.572.000	22.187	95.375	79.118	-	12.182.680
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	686.141	686.141
Distribuição adicional de dividendos	-	-	-	-	(79.118)	-	(79.118)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	(605.766)	(605.766)
Destinação de lucros para reserva de transição	-	-	-	28.825	-	(28.825)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	51.550	(51.550)	-
Saldos em 31 de dezembro 2017	414.000	11.572.000	22.187	124.200	51.550	-	12.183.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno" ou "Companhia"), com sede em Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 27 de fevereiro de 2015, com a contribuição da expertise detida pelo Banco do Brasil S.A. e Cielo S.A. ("Cielo"). Foram firmados os documentos que concluíram a formação da associação entre Cielo e a BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo Cartões"), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., para a criação da Cateno - Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno"), cujo objetivo é gerir as transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos, conforme autorização prévia concedida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 4.062/12 e da Lei nº 12.865/13.

A Cateno tem o seu capital social detido na proporção de 70% pela Cielo e de 30% pela BB Elo Cartões, sendo que, para a formação da associação, a BB Elo Cartões aportou ativos intangíveis relacionados ao Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto a Cielo aportou R\$ 8,1 bilhões na operação. O montante aportado pela Cielo é composto por: (i) R\$ 3,5 bilhões oriundos da primeira, segunda e terceira emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, de distribuição privada, e (ii) R\$ 4,6 bilhões referentes ao pagamento, por conta da BB Elo Cartões, dos tributos incidentes sobre a operação.

O Arranjo de Pagamento Ourocard consiste no conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de serviços de pagamento ao público relacionado às transações de compras dos cartões de crédito e débito emitidos pelo Banco do Brasil nas bandeiras Visa, Mastercard, American Express e Elo, excluindo cartões relacionados aos negócios pré-pagos, soluções de meios de pagamento fornecidas a entes governamentais e cartões private label emitidos no âmbito de parcerias atuais firmadas com varejistas.

Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se a operação e gestão de contas de pagamento envolvendo cartões de crédito, débito e múltiplos, de bandeiras privadas e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito); participação em arranjos de pagamentos; participação no processo de liquidação das transações de pagamento, de acordo com as regras dos arranjos; execução dos processos de produção das faturas e outros documentos vinculados às contas de pagamento e/ou referentes à comunicação; postagem e envio físico e/ou eletrônico aos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico para atendimento às demandas dos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico aos canais de atendimento dos emissores dos instrumentos de pagamento; execução do processo de risco operacional das transações de pagamento, incluindo, mas não se limitando ao acompanhamento e monitoramento de transações com indício ou alegação de fraude e execução e cooperação com o instituidor do arranjo de pagamento do processamento, manutenção e desenvolvimento de TI envolvendo os sistemas relacionados à gestão de pagamento.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 15 de fevereiro de 2018.

a. Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

b. Normas e interpretações novas emitidas e ainda não adotadas

As novas IFRSs emitidas pelo IASB e os respectivos pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e ainda não em vigor são:

- IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros** - Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). A Companhia não tem efeitos significativos na adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

No quadro abaixo, demonstramos a expectativa da Sociedade quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros a partir dos requisitos da IFRS 9:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação Anterior	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Valor justo através do resultado

- IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes** - Introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). Após as análises realizadas, a Companhia não tem efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras, uma vez que, as receitas provenientes de contratos com clientes já são registradas deduzidas de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como instrumentos financeiros, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.4 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis ou mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

b. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber".

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

c. Redução ao valor recuperável dos ativos - impairment

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

2.5 Partes relacionadas

Classificação e Mensuração

a. Ativo

As transações com partes relacionadas referem-se aos valores correspondentes a taxa de intercâmbio sobre a captura das transações com cartões de débito e crédito do arranjo de pagamentos Ourocard,

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 <i>(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)</i>		
	2017	2016
Receita operacional (Nota 15)	2.594.451	2.487.091
Custo dos serviços prestados	(1.629.949)	(1.690.213)
Lucro bruto	964.502	796.878
Despesas Gerais e administrativas (Nota 14)	(50.390)	(65.741)
Lucro operacional	914.112	731.137
Resultado financeiro	125.629	128.161
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.039.741	859.298
Imposto de renda e contribuição social	(353.600)	(292.174)
Correntes (Nota 9)	(373.880)	(290.320)
Diferidos (Nota 9)	<u>20.281</u>	<u>(1.854)</u>
Lucro líquido do exercício/período	686.141	567.124
Lucro por ação	0,06	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 <i>(Em milhares de Reais)</i>		
	2017	2016
Lucro líquido do exercício	686.141	567.124
Outros Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	686.141	567.124

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 <i>(Em milhares de Reais)</i>		
	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido	686.141	567.124
Ajustes por:		
Amortizações e depreciações	386.011	385.873
Provisão para imposto de renda e contribuição social		
Corrente	84.078	(21.642)
Diferido	(20.281)	1.854
Outros impostos a recolher	<u>11.092</u>	<u>(4.537)</u>
	1.147.041	928.672

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 <i>(Em milhares de Reais)</i>		
	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido	686.141	567.124
Ajustes por:		
Amortizações e depreciações	386.011	385.873
Provisão para imposto de renda e contribuição social		
Corrente	84.078	(21.642)
Diferido	(20.281)	1.854
Outros impostos a recolher	<u>11.092</u>	<u>(4.537)</u>
	1.147.041	928.672

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 <i>(Em milhares de Reais)</i>		
	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido	686.141	567.124
Ajustes por:		
Amortizações e depreciações	386.011	385.873
Provisão para imposto de renda e contribuição social		
Corrente	84.078	(21.642)
Diferido	(20.281)	1.854
Outros impostos a recolher	<u>11.092</u>	<u>(4.537)</u>
	1.147.041	928.672

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 <i>(Em milhares de Reais)</i>		
	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido	686.141	567.124
Ajustes por:		
Amortizações e depreciações	386.011	385.873
Provisão para imposto de renda e contribuição social		
Corrente	84.078	(21.642)
Diferido	(20.281)	1.854
Outros impostos a recolher	<u>11.092</u>	<u>(4.537)</u>
	1.147.041	928.672

mensurados ao valor da prestação de serviços contratualmente acordada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

b. Passivo

As contas a pagar com partes relacionadas são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

2.6 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente de imposto de renda retido na fonte e antecipação do imposto de renda e da contribuição social por estimativa.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. A depreciação do ativo é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.8 Ativos intangíveis

O ativo intangível é um bem incorpóreo resultante da avaliação econômico-financeira sobre o negócio do arranjo dos meios de pagamento do cartão Ourocard, conforme descrito na nota explicativa do contexto operacional.

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

continua

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

2.11 Benefícios a funcionários - participação nos lucros e bônus
A Companhia concede participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

2.12 Provisão para riscos
As provisões que envolvem os processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Nota 11).

2.13 Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela intermediação do arranjo dos meios de pagamento Ourocard. A receita é apresentada na captura/processamento das transações com cartões de crédito e de débito e líquida dos impostos, cancelamentos, abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

2.14 Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.15 Distribuição de lucros
A distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis quando tais lucros forem deliberados, com base no estatuto social da Companhia (Nota 13).

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem não ser iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas existentes se referem ao contas a pagar com partes relacionadas, imposto de renda e contribuição social diferidos.

4. GESTÃO DE RISCO

4.1 Fatores de risco
A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pela administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

a. Risco de crédito
O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como exposições de crédito junto ao Banco do Brasil em aberto. Para bancos e instituições financeiras, os limites de depósitos e aplicações financeiras são definidos pela diretoria financeira. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência da referida contraparte.

b. Risco de liquidez
A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelos profissionais de finanças. Os profissionais de finanças monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido na própria Companhia, mas gerenciado pelos profissionais de finanças. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a sua capacidade de continuidade e oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa e bancos	10	819
<i>Aplicações financeiras:</i>		
Operações Compromissadas - Debêntures	378.196	822.488
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	23.325	320.303
Fundos de Investimentos (a)	<u>1.164.145</u>	<u>-</u>
	<u>1.565.676</u>	<u>1.143.610</u>

O saldo de aplicações financeiras está representado por Certificado de Depósito Bancário (CDB), e Debêntures compromissadas remuneradas. No exercício de 2017, o percentual de remuneração ficou entre 100% a 102,5% do CDI, superior a remuneração do exercício de 2016, que ficou entre 95% a 102,9% do CDI. Os investimentos mantidos são registrados pelo valor de realização, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia, garantindo liquidez imediata.

(a) Composição dos fundos

	2017	2016
Banco do Brasil Amplo FI RF	227.849	-
Banco do Brasil Coral Fundo RF LP	548.003	-
Bradesco Fundo RF DI Privado Pegasus	<u>388.293</u>	<u>-</u>
	<u>1.164.145</u>	<u>-</u>

Os Fundos de investimentos BB Coral e Pegasus são restritos aos cotistas com vínculo societário e o fundo Amplo destina-se a investidores de mercado, todos com liquidez diária e tem como objetivo a rentabilização do caixa da Companhia acima do CDI.

	2017	2016
6. PARTES RELACIONADAS		
Ativo circulante		
Contas a Receber - comissão sobre intercâmbio Banco do Brasil	422.740	360.922
Total	<u>422.740</u>	<u>360.922</u>
Passivo circulante		
Contas a pagar - ressarcimento de despesas Banco do Brasil	289.688	232.723
Compartilhamento de custos Cielo	50	45
Total	<u>289.738</u>	<u>232.768</u>

6.1 Contas a receber
Comissão sobre intercâmbio
Correspondem aos valores a receber relativos a comissão de intercâmbio sobre o arranjo dos meios de pagamento Ourocard conforme descrito no acordo de Receitas e Despesas firmado com o Banco do Brasil S.A.

Compartilhamento de custos
Correspondem ao reembolso de despesas entre a Companhia e a empresa controladora. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

6.2 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços conforme previstos no acordo de Receitas e Despesas firmado com o Banco do Brasil S.A. para garantir a operação do arranjo dos meios de pagamento Ourocard, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Compartilhamento de custos
Correspondem ao reembolso de despesas entre a Companhia e a empresa controladora. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, o contas a pagar é classificado no passivo circulante. Caso contrário, é apresentado no passivo não circulante.

	Instalações	Proc. dados	Equip. Telecom	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equip.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	28	-	-	28
Aquisições	780	7	43	280	60	1.198
Depreciação acumulada	(107)	(1)	(10)	(17)	(4)	(139)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	673	6	61	263	56	1.059
Aquisições	12	10	83	-	65	170
Depreciação acumulada	(197)	(3)	(24)	(28)	(10)	(262)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>488</u>	<u>13</u>	<u>119</u>	<u>235</u>	<u>112</u>	<u>967</u>
Taxas anuais de depreciação - %	25	20	10	10	10	

8. INTANGÍVEL

O ativo intangível refere-se aos direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamentos Ourocard e foi objeto de avaliação econômico-financeira por consultoria especializada através de laudo, calculado um intervalo referente ao valor econômico dos "direitos outorgados", elaborado com base na projeção de resultados futuros das atividades, por meio do "Fluxo de Caixa Descontado", o qual foi avaliado em R\$ 11.572 milhões pelo prazo de vida útil de 30 anos, com amortização de forma linear. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente. (Nota 2.8).

A composição dos intangíveis está apresentada a seguir:

	Taxa anual amortização - %	31/12/2016	Adições	Amortizações 31/12/2017
Direitos de exploração - Ourocard	3,33	10.864.822	-	(385.733)
Software	20	28	610	(16)
Total		<u>10.864.850</u>	<u>610</u>	<u>(385.749)</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

A Cateno adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

	2017	2016
Diferenças temporárias apuradas	292.594	232.944
Provisões ressarcimento de despesas	285.628	230.640
Outras provisões	6.966	2.304
IR (25%)	73.149	58.236
CS (9%)	<u>26.333</u>	<u>20.965</u>
Total	<u>99.482</u>	<u>79.201</u>

Por conta da natureza da constituição do crédito tributário, sua realização está dentro do próprio exercício.

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados pela taxa nominal de 34%, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.039.741	859.298
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	34%	34%
	<u>353.512</u>	<u>292.160</u>

Adicional do IR

	2017	2016
Outras adições (-) Exclusões	99.727	79.201
	<u>(79.335)</u>	<u>(81.055)</u>
	373.880	290.282
	(4.844)	(5.324)
	<u>369.036</u>	<u>284.958</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>373.880</u>	<u>290.282</u>

10. TRIBUTOS E IMPOSTOS A RECOLHER

	2017	2016
Alíquota efetiva	5.688	5.007
ISS a recolher	17.817	9.381
Cofins a recolher	3.849	2.009
Pis a recolher		

Imposto de renda e contribuição social,

	2017	2016
Líquidos de antecipações	56.536	13.548
Outros impostos a pagar	<u>322</u>	<u>188</u>
	<u>84.212</u>	<u>30.133</u>

11. CONTINGÊNCIAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve contingências cíveis e trabalhistas de nenhuma espécie.

A Companhia possui ações para as quais constitui provisão para contingências fiscais referente ao objeto da exclusão do valor correspondente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da base de cálculo das contribuições devidadas ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), forma do artigo 151, IV, do Código Tributário Nacional, que correspondem aos períodos findos em setembro de 2017 a dezembro de 2017 no montante de R\$ 1.702 mil.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital social

O capital social é de R\$ 414.000.000,00 (quatrocentos e quatorze milhões de reais), divido em 11.986.000.000 (onze bilhões, novecentos e oitenta e seis milhões) de ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais (i) 10.787.400.000 (dez bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões e quatrocentos mil), são ações ordinárias e (ii) 1.198.600.000 (um bilhão, cento e noventa e oito milhões e seiscentos mil) ações preferenciais Classe C.

O capital social está representado por 70% Cielo S.A. e 30% BB Elo Cartões.

12.2 Reserva de capital

Está representada pelo montante relativo ao ajuste do valor econômico do intangível baseado em laudo de avaliação elaborado por empresa de consultoria especializada (Nota 8).

12.3 Reserva de lucros - legal

Está representada pelo montante constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

12.4 Reserva Estatutária

Está representada pelo montante constituído à razão de 1,65% das despesas totais da Companhia apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 27 do estatuto social, até o limite de 30% do capital social.

13. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Os dividendos intercalares são distribuídos mensalmente na proporção da respectiva participação acionária no capital social, após apuração do balancete, nos termos do artigo 27, parágrafo 4º do estatuto social da Companhia.

Os dividendos intercalares distribuídos serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e ao dividendo adicional referente ao exercício social findo em 31.12.2017.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	686.141	567.124
Reserva legal - 5%	-	-
Reserva estatutária	(28.825)	(48.412)
Antecipação de dividendos	<u>(605.766)</u>	<u>(439.594)</u>

Dividendos a distribuir (a) 51.550 (b) 79.118

(a) O lucro remanescente de 2017 após a antecipação dos dividendos será distribuído após aprovação do Conselho de Administração e ratificando na Assembleia Geral Ordinária da Companhia (artigo 132, II da LSA) ("AGO").

(b) O montante refere-se ao lucro de 2016 que foi distribuído em 31/07/2017, após aprovação do Conselho de Administração.

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Despesas com fraudes (a)	33.514	59.707
Despesas administrativas	<u>16.876</u>	<u>6.034</u>
	<u>50.390</u>	<u>65.741</u>

(a) São despesas decorrentes de perdas com fraudes com cartões de débitos e créditos, que foram outorgados do arranjo de pagamento Ourocard, conforme previsto no acordo de receita e despesas com o Banco do Brasil.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017	2016
Receita de Intercâmbio	2.914.518	2.794.185
Impostos sobre serviços	<u>(320.067)</u>	<u>(307.094)</u>
Total	<u>2.594.451</u>	<u>2.487.091</u>

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

16.1 Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, a Companhia passou a estar sujeita à regulação do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação editada pelo próprio Banco Central.

Neste sentido, a Companhia está sujeita à autorização de funcionamento pelo Banco Central bem como ao cumprimento de regras, que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de Patrimônio Líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma Instituição de Pagamentos. Foi protocolizado em 01 de abril de 2016, aguardando retorno do Banco Central do Brasil (BACEN), para que possamos dar continuidade ao processo conforme previsto na Circular Nº 3683/13.

Em adição às demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia estará sujeita a divulgar também, a partir da autorização a ser concedida pelo órgão regulador, as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o conjunto de critérios, procedimentos e regras contábeis consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Apresentamos o sumário executivo do plano de negócios ao Bacen no mês de dezembro de 2017. O Bacen se pronunciará no decorrer de 2018 em relação a aprovação do referido documento, caso for positivo daremos continuidade ao processo.

A Administração está tomando as providências necessárias e realizando adequações visando estar em plena conformidade com a recente regulamentação a partir da concessão da autorização pelo Banco Central.

16.2 Instrumentos financeiros derivativos

A Cateno não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

16.3 Lei Complementar

Após alterações da Lei Complementar nº 157/2016, em 1º de janeiro de 2018, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") passa a ser devido pelas administradoras de cartão de crédito ou débito no município onde os estabelecimentos comerciais, tomadores dos serviços relativos a meios de pagamento, estão domiciliados. A Companhia está avaliando, em conjunto com as associações de indústrias e os demais contribuintes abrangidos pelo novo dispositivo, os impactos e os meios para viabilizar a aplicação adequada da nova legislação.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Campoza Gouveia
Clovis Poggetti Junior
Wagner Aparecido Mardegan
Ademar Branco Bandeira Filho
Eduardo de Melo Condé

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Aos Senhores Acionistas da Cateno Gestão de Contas e Pagamento S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Cateno Gestão de Contas e Pagamento S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e à vista do relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Barueri, 22 de fevereiro de 2018.

Rafael Danilowski Fratantonio - Presidente do Conselho Fiscal	Eduardo Gonçalves Chaves - Membro do Conselho Fiscal	Márvio Melo Freitas - Membro do Conselho Fiscal
--	---	--

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício 2017

1. Atribuições e Responsabilidades

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Cateno Gestão de Contas e Pagamento S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria e demais profissionais da Companhia. Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovada em 16 de junho de 2016 ("Regimento Interno"), o Comitê é composto por 04 (quatro) membros, dos quais 2 (dois) foram indicados pela acionista Cielo S.A. ("Cielo") e 2 (dois) foram indicados pela acionista BB Elo Cartões Participações S.A., com mandato unificado de 2 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo seu coordenador preferencialmente integrante do Conselho de Administração. Os membros pertencentes ao quadro atual do Comitê foram eleitos pelo Conselho de Administração em reunião

realizada em 16 de junho de 2016, com mandato unificado até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que eleger os membros do Conselho de Administração em 2018.

Os administradores da Companhia são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A auditoria independente da Companhia, realizada atualmente pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), é responsável pelo exame das demonstrações contábeis da Companhia com vistas a emitir relatório contendo opinião sobre sua aderência às normas aplicáveis, pelo planejamento e execução das auditorias conforme normas reconhecidas.

2. Principais atividades desenvolvidas pelo Comitê

As avaliações do Comitê estão fundamentadas nas informações prestadas pela Administração, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

No exercício de 2017, o Comitê realizou 04 sessões ordinárias e 02 sessões extraordinárias, reunindo-se com a área de riscos e compliance, controles internos, auditores independentes, além de diretores e executivos de outras áreas da Companhia.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes: (a) discussão acerca dos relatórios da auditoria independente e da administração referente ao exercício de 2016 e os resultados dos 1º, 2º e 3º trimestres de 2017; (b) a proposta de destinação do lucro líquido

continua

e distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2016; **(c)** o planejamento para o ano de 2017 para o gerenciamento de riscos corporativos; **(d)** o status do procedimento de autorização de IP junto ao Bacen; **(e)** o processo realizado para compreensão e avaliação da metodologia adotada pelo Banco do Brasil S.A. para repasse de custos à Companhia de prejuízos relacionados à fraude; **(f)** os trabalhos realizados pela Gerência de Controles Internos e *Compliance* referentes ao 1º semestre de 2017 e o cronograma de trabalhos a serem realizados ao longo do 2º semestre de 2017; **(g)** o estudo elaborado pela Companhia em relação às ações necessárias para adequação da Companhia às disposições aplicáveis, emitidas pelo Bacen, às instituições de pagamento (*gap analysis*); **(h)** a análise das ações necessárias para adequação da

Companhia aos requisitos do Bacen com relação ao COSIF.

3. Demonstrações Contábeis Anuais de 2017

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (“Demonstrações Contábeis Anuais de 2017”).

Tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício de 2017, os membros do Comitê opinam, por unanimidade, que as Demonstrações Contábeis

Anuais de 2017 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendam a aprovação das Demonstrações Contábeis Anuais de 2017 pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Barueri, 23 de fevereiro de 2018

Luiz Umberto Modenesi - Coordenador do Comitê de Auditoria

Armstrong Luiz de Moura - Membro do Comitê de Auditoria

Janaína Montebello Jacobsen - Membro do Comitê de Auditoria

Marlos Valeriano Borges - Membro do Comitê de Auditoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da

Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstra-

ções contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador CRC 1SP245785/O-2